

Ministros articulam consenso

Titulares da Esplanada são escalados e informam Dilma em tempo real sobre a criação do grupo que investigará violações

» ALANA RIZZO
» JÚNIA GAMA

O governo intensificou a pressão sobre a Câmara dos Deputados para aprovar a Comissão da Verdade no fim da noite de ontem. A força-tarefa contou com os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e até informações em tempo real à presidente Dilma Rousseff, que discursava em Nova York na Assembleia Geral da ONU. Durante as negociações, a maior dificuldade do governo era driblar a oposição, que cobrava mais discussão e a inclusão de uma emenda do DEM ao projeto. O “rolo compressor” do governo levou deputados a criticarem a proposta, especialmente no que diz respeito aos critérios de indicação dos membros da comissão.

O Planalto queria votar a matéria ainda ontem e por isso estendeu as negociações até o fim do dia, mesmo com a pauta da Câmara cheia. A emenda apresentada pelo DEM, aceita pelo governo, estabelecia que não poderão participar da comissão aqueles que exerçam cargos executivos em partidos, tenham praticado homicídio tortura ou terrorismo à época dos fatos, ou que estiveram envolvidos em órgãos públicos com a prática desses atos. A proposta excluía ainda os que estivessem no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do Poder Público. Os deputados Chico Alencar (PSol-RJ) e Luíza Erundina (PSB-SP) também apresentaram emendas a partir de reivindicações das famílias e dos movimentos de direitos humanos.

Entre as propostas, estava o aumento nos quadros da comissão, de 21 para 42 funcionários, o impedimento à participação de militares no colegiado e a diminuição no tempo de análise do grupo sobre violações dos direitos humanos. Hoje, ele vai de 1946 até 1988. Uma emenda também pretendia adiantar o início das investigações para 1961, três anos antes do golpe militar. Os deputados também defendiam que o relatório final da comissão fosse amplamente divulgado e encaminhado ao Ministério Público Federal, para análise de possíveis ações, mesmo com a interpretação vigente da Lei de Anistia, que veta punições aos excessos cometidos durante o regime militar. Até o fechamento da edição, a votação do projeto ainda não havia sido concluída.

101 cruces

Pela manhã, vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos fizeram um ato no gramado do Congresso contrário ao texto defendido pelo governo. Fincaram 101 cruces e pediram apoio para uma comissão que traga justiça. O grupo é contrário ao projeto do governo porque acredita que, sem punição aos torturadores, a comissão não terá poderes de fato. Presidente da Comissão de Anistia e secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão afirmou que a aprovação da matéria seria, por si só, uma vitória dos movimentos de direitos humanos. Segundo ele, o colegiado não é uma “virada de página”. Durante todo o dia, as famílias entregaram panfletos e pediram o apoio dos parlamentares.

Cortejada pela oposição a relatoria do projeto foi para os peemedebistas. O Edinho Araújo (PMDB-SP) ficou responsável pela proposta que cria uma comissão para investigar violações de direitos humanos entre 1946 e 1988.